Ano XI - Nº 4.651

Quarta-feira, 25 de Novembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Fotos: Reginaldo Ipê





Estudantes reivindicam melhorias para Escola Municipal Vale das Pedrinhas

Os alunos do 5º ano da instituição participaram da sessão mirim realizada no Plenário Cosme de Farias

Os estudantes criticam a qualidade da merenda escolar e a estrutura para a realização de práticas esportivas. A ausência de bebedouro próximo à quadra poliesportiva também foi questionada pelos estudantes da Escola Municipal Vale das Pedrinhas. O presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, vereador Sílvio Humberto (PSB), prometeu levar as reivindicações dos alunos ao secretário municipal de Educação, Guilherme Bellintani. **Leia mais na página 3**



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Projeto Arte Sem Fronteiras

2ª Mostra de Ações acontece até a próxima sexta-feira (27), no foyer do Centro de Cultura



Na tarde de segunda-feira (23), aconteceu no foyer do Centro de Cultura da Câmara, a abertura da 2ª Mostra de Ações do Projeto Arte Sem Fronteiras (ASF). O ASF é uma organização sem fins lucrativos que como foco contribuir na geração de trabalho e renda, além de proporcionar integração de jovens, adultos e idosos.

Fotos: Valdemiro Lopes





Até a próxima sexta-feira (27), a instituição vai expor artesanatos feitos de garrafas pet e tecidos. "Recebemos doações de fardas de diversas empresas como Correios, Outback, Vitalmed, Codeba, Ogmosa e Tecon, e transformamos em bolsas, calçados, boinas, utensílios e objetos para decoração, aumentando o ciclo de vida dos materiais que normalmente vão para o lixo", disse designer de moda e idealizadora do projeto, Ester Barros.



A sede do ASF está localizada no bairro de Valéria, onde acontecem aulas de judô para um público de 6 a 24 anos. Em Monte Serrat são realizadas as oficinas de reciclagem e modelagem. Já no bairro de São Caetano funciona a Creche Melhor Idade, onde os idosos participam de dinâmicas em grupo, terapias ocupacionais e atividades físicas.

Estudantes criticam merenda e estrutura de escola municipal

Alunos do Vale das Pedrinhas participam da sessão mirim na Câmara

A qualidade da merenda escolar e a estrutura da Escola Municipal Vale das Pedrinhas foram criticadas por estudantes do 5º ano da instituição, em sessão mirim realizada na manhã de terça-feira (24), no plenário da Câmara Municipal de Salvador. O presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, vereador Sílvio Humberto (PSB), prometeu levar as reivindicações dos alunos ao secretário municipal de Educação, Guilherme Bellintani.

Nomeada 3ª secretária da sessão, a vereadora mirim Raykelly Alves de Oliveira sugeriu que a merenda escolar alie a qualidade com o sabor. "Não adianta ser só saudável se a gente não gosta. Não teria como ter uma merenda que fosse saudável e gostosa?", questionou.

O vereador Sílvio Humberto concordou com o questionamento feito pela estudante e destacou a importância de oferecer aos alunos "uma merenda digna".

Outro ponto levantado pelos alunos da Escola Municipal Vale das Pedrinhas foi sobre a estrutura da instituição para a realização de práticas esportivas. A ausência de bebedouro próximo à quadra poliesportiva foi questionada pelos estudantes.

Fotos: Reginaldo Ipê



Sílvio Humberto presidindo a sessão mirim na Câmara

"Se os governantes consideram o esporte importante, por que não investem em material esportivo e em melhores condições?", indagou Raykelly.



Empoderamento feminino

Além da 3ª secretária, a mesa da sessão mirim foi composta pelas vereadoras mirins Monique Coelho da Silva (1ª secretária), Kelly Ferreira Oliveira (2ª secretária) e Ana Luiza de Jesus Santos (1ª vice-presidente).

Presidente da sessão, o vereador Sílvio Humberto aproveitou o fato de estar cercado por mulheres na mesa e levantou a questão da representação feminina nas casas legislativas.

"Fico feliz em termos quatro mulheres na mesa desta sessão mirim. Mas isso, infelizmente, não representa a composição política da Casa. Por isso, falo sempre sobre a importância do voto. Precisamos eleger quem parece conosco. Se o poder for sempre ocupado por pessoas muito diferente de nós, correremos o risco de que pairem sempre ideias que não nos representam", argumentou Sílvio Humberto aos jovens edis do Vale das Pedrinhas.

Os estudantes foram acompanhados pelos professores Dalva Rebouças, Ana Cristina Silva, Selma Menezes, Mabel Ferraz e Iago Moura. Após a sessão mirim, os jovens visitaram o Memorial da Câmara Municipal e conheceram detalhes da história da Casa Legislativa e da fundação da primeira capital do Brasil.





Câmara debate importância das creches para autonomia das mulheres

Atividade movimenta Centro de Cultura na próxima segunda-feira (30), às 9h

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador realiza na próxima segunda-feira (30), às 9h, no Centro de Cultura da Casa, uma audiência pública intitulada "A importância das creches para a autonomia da mulher".

O objetivo do encontro é traçar estratégias para assegurar o direito das mulheres à creche, possibilitando mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e à formação educacional. Foram convidados representantes do Conselho Municipal da Mulher, da Secretaria Municipal de Educação e da Superintendência de Políticas para as Mulheres.

A presidente do colegiado, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), destaca a necessidade da autonomia da mulher que é mãe. "Muitas mães estudam e trabalham, precisamos de uma rede de creches públicas, de boa qualidade, inclusive noturnas, para que elas conquistem sua emancipação econômica e seus filhos estejam protegidos", afirma.

Foto: Divulgação



Números

Mais de 145 mil crianças de zero a cinco anos de idade precisam do serviço de creches em Salvador, conforme dados da Central de Creches do Brasil. A capital baiana é uma das menos preparadas no país para atender mães e filhos através das creches públicas e conveniadas.

Atualmente, Salvador possui 239 creches comunitárias, filantrópicas e confessionais, que oferecem cerca de 20 mil vagas. Desse total, 148 são reconhecidas pela Prefeitura Municipal e 69 conveniadas. A maioria recebe verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Brasil Carinhoso, lançado em maio de 2012 pelo governo federal.

Já a prefeitura administra 109 unidades, das quais 43 estão com obras paradas há quase um ano e 20 estão em obras em andamento.

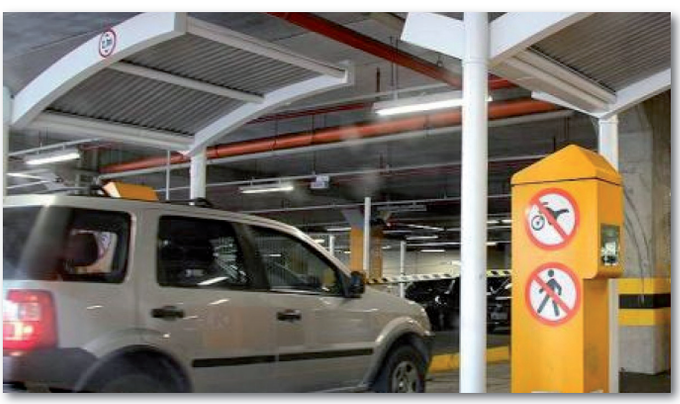
Cobrança de estacionamento em shoppings em debate

Audiência pública será realizada nesta quinta-feira (26), às 10h, no auditório do Edifício Bahia Center

A Comissão de Transporte, Trânsito e Serviços Municipais da Câmara de Salvador, presidida pelo vereador Euvaldo Jorge (PP), promove, nesta quinta-feira (26), uma audiência pública para debater a cobrança de estacionamento nos shoppings do Município. O evento será realizado no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Casa Legislativa, localizado na Rua Ruy Barbosa, Centro.

Recentemente, diversos shoppings de Salvador anunciaram mudanças nas regras de cobrança do estacionamento. A partir de agora, os consumidores terão horas a mais no tempo de permanência no estacionamento, pagando o mesmo valor de antes. Para o vereador Euvaldo Jorge, é importante que seja esclarecido se essa mudança será definitiva ou tem prazo para acabar.

Foto: Internet



"Nós pretendemos discutir essa situação com todos os representantes, porque apesar dos shoppings terem anunciado mudanças na cobrança dos estacionamentos, a gente não sabe até quando isso vai durar. Será que vai ser só no período do Natal, ou vai ser definitivo? Os comerciários reclamam da diminuição das vendas, e tudo isso deve ser levado em conta", frisa Euvaldo.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Euvaldo Jorge

Segundo os lojistas, desde que os shoppings começaram a cobrar pelo estacionamento as vendas tiveram uma queda de 30 a 40%.

Foram convidados para participar da audiência pública representantes da Secretaria de Urbanismo (Sucom), Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador), Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce) e do Sindicato dos Comerciários.

Petistas cobram detalhes dos gastos no Jardim de Alah

Vereadores questionam aplicação de R$8 milhões em 1.200 metros de requalificação da orla



Vereador Vânia Galvão

Após a entrega da revitalização de 1.200 metros da orla, na região do Jardim de Alah, petistas cobram ao prefeito ACM Neto o detalhamento dos gastos de R$8 milhões com a obra. "Trata-se de intervenções não tão significativas em um pouco mais de um quilometro, as ações foram todas na superfície, gostaríamos de obter um maior detalhamento, uma explicação sobre essa despesa", observa a líder do partido na Câmara Municipal e presidente da Comissão de Reparação da Casa, Vânia Galvão.

Ela defende mais transparência por parte da Prefeitura de Salvador, ressaltando que o Município ocupa a 174ª posição no ranking de transparência, divulgado pela Controladoria Geral da União (CGU) na sexta-feira (20). "Ao contrário do governo estadual, que obteve nota máxima (10), a prefeitura teve uma nota baixíssima, 5,83, o que é devidamente justificável. Há muita coisa mal explicada nesta gestão, como as denúncias de corrupção nas secretarias da Saúde e de Combate à Pobreza, cuja responsabilidade incidiu sobre funcionários que ocupavam cargos de confiança, venda da merenda escolar e essas despesas exorbitantes com a construção de passeios", afirma a vereadora. "Na Barra foram gastos mais R$ 50 milhões", lembra.

Vânia Galvão destaca que o resultado da análise da CGU reafirma a necessidade de uma investigação sobre os contratos da prefeitura realizados durante a gestão de Alexandre Paupério, o que tem sido uma cobrança de toda a oposição. "Paupério foi acusado de lobista pelo Ministério Público e controlou por mais de três anos todos os contratos da Prefeitura de Salvador. Precisamos de uma apuração, pois além das indicações do MP temos agora uma avaliação negativa da CGU sobre a transparência municipal", frisa a vereadora.

Comparativo

Para seu correligionário Gilmar Santiago, a apuração dos gastos com a obra da orla torna-se mais necessária em um comparativo com o investimento de R$ 6,45 milhões do governo do Estado na infraestrutura do entorno do Hospital Roberto Santos, cuja ordem de serviço foi assinada na manhã desta segunda-feira (23) pelo governador Rui Costa. "O Estado está investindo um valor inferior em uma série de intervenções, como a implantação de uma via que vai ampliar o acesso ao hospital, duplicação da Rua 25 de Maio, reestruturação da via interna do hospital, além da construção de área de lazer com quadra poliesportiva, parque infantil e equipamentos de ginástica, estacionamento, quiosques e mesas de jogos, atendendo a solicitação dos moradores do entorno", pontua o vereador.

Gilmar ressalta, ainda, que fazem parte do conjunto das obras intervenções de paisagismo, implantação de uma base comunitária de segurança e a sede da associação dos moradores. "Há uma diferença clara entre as prioridades das gestões e a aplicabilidade dos recursos públicos", atesta. Já a presidente do partido em Salvador, Marta Rodrigues, observa que "no domingo, 22, enquanto o prefeito promovia festa, moradores do Loteamento Marisol, na Praia do Flamengo, cobravam serviços de manutenção como pavimentação das vias, macrodrenagem e iluminação". Nesse sentido, Vânia Galvão diz que "essa inversão de prioridades do prefeito está longe de ser investimento turístico, significa, sim, falta de planejamento urbano".

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Gilmar Santiago

Vereador se reúne com técnicos de enfermagem

Segundo Vado Malassombrado, uma audiência pública debaterá melhores condições de trabalho para a categoria

O vereador Vado Malassombrado (DEM) recebeu em seu gabinete, na sexta-feira (20), representantes da diretoria da Associação das Técnicas e Técnicos de Enfermagem Cooperativados, e uma comissão de profissionais que trabalham com atendimento domiciliar (home care). Durante a reunião a categoria solicitou o apoio do vereador na luta por melhores salários e condições de trabalho.

"O técnico de enfermagem cooperativado além de cuidar da saúde do paciente, muitas vezes passa a exercer o papel de conselheiro da família, isso porque ele trabalha diretamente na residência", disse o vereador, que na ocasião se comprometeu em realizar uma audiência pública com a participação de empresários do ramo, Ministério do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública (SSP), e representantes do Conselho Regional de Enfermagem (Coren).

Foto: Assessoria do vereador



Reunião aconteceu no gabinete de Vado

No início deste mês, Vado Malassombrado já havia participado de uma manifestação na Avenida Sete de Setembro, Centro. O ato teve o objetivo de chamar a atenção para o caso de agressão sofrida pela técnica de enfermagem Vanessa da Silva Pinho, que sofreu maus tratos na residência do paciente que ela ajudava a cuidar.

Vereadores lamentam morte de Lomanto Júnior

Ex-governador da Bahia faleceu na noite de segunda-feira (23), aos 90 anos

"O ex-governador Lomanto Júnior deixou a sua marca na cena pública baiana e brasileira, atuando como vereador e prefeito de Jequié, deputado estadual, deputado federal, governador e senador, honrando todos os mandatos. A cena política perde um grande homem e a Câmara de Salvador está de luto", lamenta o presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB).

Na sessão ordinária de terça-feira (24), por sugestão do vereador Claudio Tinoco (DEM), foi feito um minuto de silêncio em memória do ex-governador. Ele propôs, também, uma moção de pesar coletiva em nome de todos os vereadores de Salvador.

Foto: Divulgação



Ex-governador Lomanto Júnior

O vereador Paulo Magalhães Jr. (PSC) também destacou o trabalho de Lomanto à frente do Governo da Bahia, quando "impulsionou o processo de industrialização do Estado com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA)".

O que marca a trajetória de um político e gestor público, segundo o vereador, é a sua luta pelos interesses da população e da região que representa: "E isso o ex-governador soube fazer, defendendo a Bahia e proporcionando o desenvolvimento dos seus municípios. Aos amigos e familiares do ex-governador, o nosso pesar".

Segundo o vereador Euvaldo Jorge (PP), "o povo de Jequié sempre expressou em seu filho ilustre a mais alta confiança, sendo, portanto, a sua base eleitoral que sempre o garantiu expressivas vitórias. Foram muitas as realizações de seu governo, quando prefeito, modernizou e criou diversos serviços públicos de qualidade, sendo pautado no fortalecimento dos municípios para que o Estado fosse forte, político e econômico no cenário nacional", disse.

Orlando Palhinha indica "Projeto Fiscal Cidadão"

Medida visa inibir atos de vandalismo contra o patrimônio público de Salvador

Com a finalidade de inibir os atos de vandalismo contra o patrimônio público, o vereador Orlando Palhinha (DEM) apresentou o Projeto de Indicação nº 500/15, que visa tornar os cidadãos, previamente cadastrados, em fiscais das infrações em praças e monumentos de Salvador. Através do "Projeto Fiscal Cidadão – Um olho a mais", a população poderá contribuir com a prefeitura registrando as ações com fotos e enviando-as via aplicativo ou site.

A proposta do legislador tem o objetivo de preservar os bustos e monumentos históricos nas praças, além de preservar a homenagem a figuras ilustres e a história dos bairros do Município. Ainda conforme Palhinha, o vandalismo ofusca a finalidade dos equipamentos e representa gastos ao Executivo.

Foto: Internet



"O custo da limpeza e manutenção dos atos de vandalismo é muito alto. Para cada tipo de remoção é utilizado um produto especial que facilita a limpeza e cria uma película protetora, dificultando a absorção do material utilizado em uma nova pichação", explica o vereador, ressaltando que a implantação do projeto visa manter a ordem social.

De acordo com a indicação, o projeto deve funcionar da seguinte forma: o cidadão registra a infração com uma foto e envia ainda no momento do ato através de um aplicativo. "O fiscal cidadão será um olho a mais na fiscalização", garante.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Orlando Palhinha

Recentemente, o prefeito ACM Neto utilizou as redes sociais para criticar os atos de vandalismo em monumentos localizados na Avenida Anita Garibaldi e nos bairros da Barra e Pituba.

Odiosvaldo Vigas exalta o novo Mercado de Itapuã

Vereador diz que a comunidade terá sonho realizado com a entrega do equipamento

Prestes a ver realizado o sonho dos permissionários e da comunidade, o vereador Odiosvaldo Vigas (PDT) exalta a inauguração do novo Mercado de Itapuã, prevista até o dia 10 de dezembro. O legislador ressalta que desde 2009 apresenta emendas ao orçamento do Executivo e, em 2012, o governo municipal acatou sua indicação para requalificação e ampliação do centro comercial.

"Muito mais do que apenas comércio, o Mercado de Itapuã é um centro cultural, um espaço de exposição da cultura negra, da cultura do povo da Bahia e da cultura singular do povo de Itapuã e dos bairros vizinhos. O prefeito ACM Neto está realizando um sonho dos moradores e dos permissionários, que merecem um local mais digno para trabalhar e tirar seu sustento", frisa Odiosvaldo.

Foto: Assessoria do vereador



Centro comercial em obras recebe a visita do vereador

Conforme o vereador, os permissionários tiveram participação na elaboração do projeto de construção do novo mercado, que foi desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira. A última emenda apresentada por Odiosvaldo Vigas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2012 foi a de nº 69, quando pediu a "recuperação e reforma" do Mercado Municipal de Itapuã.

O novo centro comercial tem área total de 2.030 m² e 54 boxes comerciais, distribuídos em três pavimentos, para produtos hortifrutigranjeiros, peixaria, açougues, bares, mercearias, com média de 10 m² para cada um. Além disso, o espaço terá acessibilidade universal, área de convivência, palco para apresentação de capoeira, paisagismo e mobiliário urbano.

Liberação de veículos na Avenida Magalhães Neto aos domingos

Vereador Geraldo Júnior destaca a iniciativa e o trabalho da Transalvador na localidade

O vereador Geraldo Júnior (SD) parabenizou a iniciativa da Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador) ao liberar o acesso de veículos, na faixa da direita, na Avenida Magalhães Neto aos domingos. Desde 11 de outubro, a pista vinha sendo bloqueada neste dia da semana para viabilizar a prática de atividades esportivas.

"Nós sabemos que a população precisa de espaços para a prática de atividade física, mas, desde que a avenida foi fechada para automóveis, os motoristas vinham se queixando dos transtornos para se chegar à Avenida Luís Viana Filho (Paralela). Conseguir essa faixa de rolagem para veículos trafegarem normalmente por este trecho é um grande avanço para o bom funcionamento do trânsito de Salvador", ressaltou o vereador.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Geraldo Júnior

Foto: varelanoticias.com.br/



Geraldo Júnior demonstra satisfação com o trabalho realizado pela Transalvador no Município. "O superintendente Fabrizzio Müller tem feito grandes mudanças e vem trazendo melhorias significativas para o trânsito em nossa cidade, inclusive naquela região da Pituba e Costa Azul", frisou.

Após liberar o acesso da faixa de rolagem para circulação de veículos, a Transalvador vem fiscalizando os acessos para manter o fluxo do tráfego e garantir a segurança de ciclistas e demais atletas que utilizam a via aos domingos.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

63ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 122 e 123/15 da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia; Projetos de Lei n.s 390 e 391/15 do vereador Beca, 392/15 do vereador Vado Malassombrado e 393 a 395/15 do vereador Hilton Coelho; Projetos de Indicação n.s 518/15 do vereador Luiz Carlos Suica e 519 a 522/15 do vereador Hilton Coelho; e Moção n. 57/15 do vereador Léo Prates. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor presidente registrou a presença do deputado estadual e ex-vereador Marcell Moraes. Em seguida, no **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suica informou que os trabalhadores terceirizados da Uneb estavam no terceiro dia de paralisação, em razão de atraso salarial de dois meses. Explicou que a Reitoria daquela universidade forneceu verbas diretamente à empresa de serviços, que não promoveu o pagamento dos salários, e pediu o apoio dos vereadores que tivessem proximidade com a instituição de ensino. Disse que os pregões eletrônicos vêm sendo alvo de denúncias de fraude, inclusive no programa televisivo "Fantástico". Pediu que a Secretaria municipal de Administração resolvesse o problema dos vigilantes que prestam serviço através da empresa Protector, sugerindo a intercessão da Procuradoria-Geral do Município, e também que a Lei Anticalote, já aprovada na Casa, fosse regulamentada, o que apontou como responsabilidade dos edis. Concluiu dizendo não saber se as empresas que atuam no Município e no Estado pagariam o 13º salário dos trabalhadores. A vereadora Aladilce Souza comentou sobre a expectativa da Cidade quanto ao destravamento da pauta de votações e apelou aos colegas para que incluíssem, no Projeto do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV), o parcelamento para imóveis usados, afirmando não ver argumento a justificar a desigualdade de tratamento quanto aos imóveis novos. Ponderou que os imóveis usados são, frequentemente, adquiridos pelas pessoas de menor renda, mais necessitadas do favorecimento. Comentou sobre a audiência pública, pela manhã, da Comissão de Direitos do Cidadão, sobre edifício em construção na Ladeira da Barra, obra que reputou um crime ao patrimônio arquitetônico da Cidade, cujo resultado seria o sombreamento da praia no horário entre as 7h30 e 9h30. Por fim, reiterou pedido para que o encontro com o prefeito, no dia seguinte, fosse aberto ao público. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho informou a vinda a Salvador da especialista internacional em auditoria pública, Maria Lucia Fattorelli, responsável pela reestruturação financeira da Grécia e do Equador, que estaria em eventos realizados na UFBA na segunda e terça-feira da semana seguinte. O vereador Sílvio Humberto registrou o enterro do Professor Mohamed Bamba, da Faculdade de Comunicação da UFBA, ocorrido pela manhã, destacando as grandes contribuições do educador à Academia e afirmando se tratar de uma perda irreparável. Em aparte, associou-se o vereador Leandro Guerrilha, lembrando que foi aluno do Professor e lamentando a informação de que a cirurgia do educador teria sido recusada pelo plano de saúde, assunto sobre o qual pediu atenção. De volta com a palavra, o vereador Sílvio Humberto lembrou que o educador tinha retornado havia um ano de seu pós-doutorado nos EUA. Em seguida, falou sobre a caminhada contra a intolerância religiosa recentemente realizada, considerando o encontro emocionante e uma grande manifestação de fé e de defesa da vida. Registrou a Marcha das Mulheres Negras a se realizar no dia seguinte, em Brasília, às 10h, e endossou o apelo da vereadora Aladilce Souza com relação ao parcelamento do ITIV para imóveis usados, em observância ao princípio da justiça fiscal. Refutou a alegação de que essa iniciativa não gera emprego e criticou a penalização dos mais pobres, especialmente quando há a real possibilidade de defendê-los. Pela ordem, a vereadora Kátia Alves registrou moção de repúdio à política de segurança do governador Rui Costa, que culminou com a morte de uma policial militar em um posto de saúde da capital. O vereador Toinho Carolino discordou das críticas às *blitze* realizadas pelo Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran), afirmando que elas são muito importantes, pois, além de fazerem o teste de alcoolemia, dão segurança à população. Disse que o Detran faz um trabalho digno, lembrando que eles ajudam inclusive a evitar assaltos-relâmpagos; pediu atenção a todo esse trabalho desenvolvido pelo órgão, antes de deferir-lhe críticas; e relatou conversa com o diretor do órgão, Maurício Bacelar, que se comprometeu a rever algumas ações. Em aparte, o vereador Everaldo Augusto parabenizou o orador pela fala e destacou o trabalho desenvolvido pelo Detran e pelo seu diretor, afirmando que ele tem se preocupado com a questão da mobilidade e dos acidentes de trânsito. Na oportunidade, registrou que a campanha de verão do órgão seria lançada no dia 6. Também em aparte, o vereador Henrique Carballal parabenizou o orador por trazer dados reais da segurança pública em Salvador, que despencou com o atual Governo estadual, e defendeu a atuação do Detran, afirmando que seu diretor deve ter as ferramentas para interceder na atual realidade. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto disse não ser possível acatar a moção de repúdio proposta pela vereadora Kátia Alves por ela não corresponder à realidade, pelo fato de toda a política de segurança do Estado não poder ser julgada por uma fatalidade e, ainda, pela necessidade de moções cumprirem um rito de tramitação próprio. Pela ordem, a vereadora Kátia Alves disse não se tratar de um fato isolado, lembrando o toque de recolher recentemente havido em diversos bairros da cidade e ressaltando a importância de erros serem reconhecidos para melhorar as políticas públicas. O vereador Carlos Muniz disse que, sobre a votação do Projeto do ITIV, prevista para esta Sessão, não se sentia representado pelas lideranças de Oposição ou de Governo, que haviam feito acordo do qual não tomara parte. Disse ainda haver estranhado as reuniões realizadas e o fato de vereadores de Oposição se disporem a votar favoravelmente ao Projeto. Anunciou que votaria contra e pediu que a votação fosse nominal, para que todos tivessem seus nomes divulgados e sujeitos a cobrança da população. Afirmou que a conduta dos oposicionistas seguia influência do secretário estadual de Relações Institucionais Josias Gomes, e que seu voto seguiria sua consciência em relação ao povo, o que não se alteraria em razão de seus pares se colocarem favoráveis ao Projeto, ficando assim mantida a sua posição pelo parcelamento para os imóveis usados. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que o vereador Carlos Muniz antecipava posições que não existiam e explicou ter havido uma reunião pela manhã com o intuito de destravar a pauta através de negociação, sem que fossem fechadas posições sobre o Projeto. Em comunicação inadiável, o vereador Hilton Coelho comentou sobre a audiência pública, no dia anterior, sobre as obras na Avenida Suburbana, explicando que a ciclovia ali criada causava estreitamento da pista, o que trazia risco de atropelamentos. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha disse respeitar o vereador Carlos Muniz e sua opinião, mas rejeitou a ideia de que os oposicionistas fossem tutelados pelo secretário Josias Gomes. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto, falando como vice-líder da Oposição, explicou ter havido uma reunião da bancada no dia anterior, com a presença do líder do PTN, tendo como meta o destravamento da pauta em favor de diversas votações importantes, como a da Lei Orçamentária Anual (LOA). Explicou ainda que tentavam entendimento com o Governo, mas sem que houvesse orientação de voto. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo, em nome do bloco Independente, excepcionando o vereador José Trindade dessa representação, disse apoiar a iniciativa em favor da votação. Pela ordem, o vereador José Trindade disse que a bancada Independente não se reunia, razão pela qual adotava posição em nome do PSL, contra a votação. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito questionou o teor do termo "Independente", atributo que ele supunha caber a si. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 181/15, que, em Plenário, recebeu Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, o qual foi aprovado por seus membros, à exceção da vereadora Aladilce Souza, que votou contrariamente, tendo o vereador Sílvio Humberto, em seu voto, reiterado não haver motivo para a Administração não parcelar o ITIV para imóveis usados. Em 2ª discussão, o Projeto foi discutido, votado e aprovado, artigo por artigo, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, José Trindade e Waldir Pires. Em 3ª discussão, o vereador Hilton Coelho considerou a votação uma surpresa e afirmou que a discussão, mais uma vez, era sobre a ocupação do uso do solo da cidade. Lembrou que a minuta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) seria entregue no dia seguinte e que seu conteúdo vinha sendo esvaziado. Disse que a polêmica sobre o parcelamento do ITIV para imóveis novos e usados representa a luta entre os interesses dos trabalhadores e os da especulação imobiliária, e que os trabalhadores continuam sendo massacrados pelas elites e pelo próprio Poder Público, continuando os grupos econômicos a ser beneficiados. Criticou a especulação imobiliária e considerou que o Projeto traz mais um presente para ela, que é a possibilidade de parcelamento diferenciado da outorga onerosa, em 18 vezes. Considerou que os efeitos recaem sobre o meio ambiente e para a população negra, que vem sendo expulsa de algumas áreas, e que, no mês da Consciência Negra, o debate que se trava é sobre a faxina étnico-racial em Salvador. Em seguida, lembrou o debate sobre a dívida pública, a ser realizado na semana seguinte, e considerou que este seria um dia de vergonha, se o Projeto fosse aprovado, registrando, desde logo, seu voto contrário. O vereador Edvaldo Brito, discutindo contra o Projeto, explicou ser contra o modo como ele havia sido proposto e enumerou seus três pontos de discordância. O primeiro residia num artigo sobre prescrição em processo de Execução Fiscal. A redação do dispositivo tratava o contribuinte já liberado da condição de devedor como se devedor ainda fosse, nos casos de prescrição provocada pelo insucesso da citação e da constrição dos seus bens pela Fazenda Pública. Considerou esse tratamento enganoso e apto a retirar do cidadão uma favorabilidade automaticamente conferida a ele pela Lei, em face dos correspondentes pressupostos de fato. Em seguida, expôs seu segundo ponto de discordância, quanto a artigo sobre isenção de impostos relativos a imóveis de hipossuficientes, cujo conteúdo era alvo do seu Substitutivo com relação ao Executivo fazer valer as leis para os terreiros de Candomblé. Como último aspecto discordante, apresentou dispositivo do Projeto que desatendia o conceito de fato gerador insculpido no Código Tributário Nacional (norma geral a ser acatada pelo diploma local). Ressaltou que o fato gerador do ITIV é a transmissão da propriedade, que se opera, segundo o Código Civil, com a transcrição da escritura no Registro de Imóveis, e que não pode haver tributação sem a ocorrência do fato gerador, como queria o dispositivo criticado. Concluiu dizendo que seu Substitutivo poderia corrigir esses equívocos. O vereador Claudio Tinoco disse que já se pronunciara sobre o Projeto na relatoria pela Comissão de Finanças, e que, neste momento, convidava os vereadores divergentes a reconsiderar suas posições a partir de outros elementos além dos já apreciados, destacando os vereadores Carlos Muniz e José Trindade como aqueles que acreditava serem capazes de rever seus entendimentos. Repeliu a hipótese de que a Casa aprovaria o Projeto por razões que não fossem os interesses dos cidadãos e observou que o mercado imobiliário vinha oferecendo "gratuidade" para o ITIV sobre os imóveis que eram vendidos, o que tecnicamente não existia, consistindo num esforço dos incorporadores para superar a dificuldade de aquisição, pelos compradores, gerada pelo imposto. Concluiu afirmando que a Casa favoreceria esses cidadãos adquirentes de imóveis, e sem renúncia fiscal. O vereador Joceval Rodrigues disse sentir-se satisfeito por presenciar uma Sessão que tem como objetivo beneficiar a sociedade, que está em crise e carece de medidas como o parcelamento do ITIV. Disse ainda ser a primeira vez em que via o parcelamento de um tributo ocorrer em tempos de crise e ressaltou a sensibilidade do prefeito e da bancada do Governo em beneficiar a população. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior parabenizou o orador e afirmou que a Casa, com o Projeto, dava uma contribuição para um importante setor da Cidade. Por fim, avaliou que o vereador Carlos Muniz já tinha entendido o Projeto e votaria a favor da matéria, por ser uma matéria do povo. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê também parabenizou o orador e disse que o PMDB já aguardava a votação do Projeto, mencionando o desemprego na construção civil. Em aparte, o vereador Geraldo Júnior associou-se ao vereador Paulo Magalhães Júnior quanto à posição do vereador Carlos Muniz sobre o Projeto, ressaltando que o colega vota a favor da Cidade, acima de questões partidárias. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito mencionou sua trajetória como professor e discordou do vereador

Paulo Magalhães Júnior de que os vereadores contrários ao Projeto seriam contra o povo. Disse ser a favor do povo e ratificou o entendimento constante no Substitutivo que apresentou ao Projeto. O vereador Joceval Rodrigues disse reconhecer o vasto conhecimento que tem o vereador Edvaldo Brito, a quem agradeceu pela contribuição, e parabenizou o vereador Paulo Magalhães Júnior, concordando sobre a importância do Projeto para a Cidade. Agradeceu também aos demais colegas e, por fim, encaminhou a votação pela aprovação do Projeto em sua integralidade, da maneira como enviado à Casa. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu escusas ao vereador Edvaldo Brito, afirmando que ele jamais estaria contra a Cidade e lamentando que o Projeto não contasse com o seu qualificado voto. A vereadora Aladilce Souza considerou que, se o vereador Edvaldo Brito tinha suas qualificações tão reconhecidas pelo vereador Paulo Magalhães Júnior e outros governistas, eles deveriam, portanto, seguir seu posicionamento. Afirmou que o impasse remontava à Reforma Tributária, culminando com a desconsideração dos imóveis usados para fim de parcelamento, o que prejudicava os cidadãos de menor renda. Disse compreender a necessidade de arrecadação, mas criticou que não houvesse diversificação de possibilidades quanto a essa demanda, para que se aumentasse a base arrecadatória, assim não havendo mais dependência do mercado imobiliário nesse sentido. Em aparte, o vereador Moisés Rocha disse que, se confirmado o não-parcelamento para imóveis usados, a população saberia que a responsabilidade seria da base do Governo. Em aparte, o vereador Claudio Tinoco disse reconhecer como legítima a causa da oradora, mas que a medida por ela criticada se justificava pelo impulso econômico almejado, bem como pela informação, obtida em audiência pública, de que um parcelamento instituído no passado havia sido objeto de grave inadimplência. A vereadora Aladilce Souza afirmou que problema de inadimplência indicava falha do Município em seus mecanismos de cobrança, o que ele teria a responsabilidade de sanar. Em aparte, o vereador Kiki Bispo defendeu o estímulo econômico num momento de crise no País. A vereadora Aladilce Souza concluiu dizendo que o Cadastro Informativo Municipal (CADIN) prejudicava as pessoas. Discutiu ainda o vereador Everaldo Augusto, considerando que o debate era uma consequência da Reforma Tributária levada a cabo sem o acolhimento das Emendas apresentadas pela Oposição, o que causou sobrecarga nos tributos municipais. Observou que o Projeto trata de mais de um aspecto e criticou essa cultura, da atual Gestão, do "projeto que trata de tudo", considerando que isso pode causar insegurança jurídica. Disse que a Oposição, desde o início, não é contra o parcelamento do ITIV, nem renúncia fiscal, nem correções, e que apenas desejava ampliar a dimensão do Projeto, parcelando o ITIV para imóveis usados. Disse, ainda, que as críticas, proposição de emendas e o questionamento até o limite são as ferramentas da Oposição. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto esclareceu que a oposição que se faz não é de sentido, mas, de visão de mundo. Considerou que, tecnicamente, há uma inconsistência interna no Projeto, já que o entendimento não é de estarem a defender os ricos, e questionou por que não estender a isenção do ITIV aos imóveis que já têm isenção de IPTU, ou parcelar o tributo nesses casos. Disse que, dessa forma, seria feita justiça fiscal, e criticou o discurso que não se coaduna com a prática. Também em aparte, associou-se o vereador Moisés Rocha, que pediu ao presidente da Casa que buscasse uma solução para os clubes sociais, todos inadimplentes, à exceção de um, e desejou a votação da Emenda que prevê o parcelamento para imóveis usados. Ainda em aparte, a vereadora Vânia Galvão destacou o embasamento do vereador Sílvio Humberto, que é auditor fiscal do Município. Em seguida, disse que estender o parcelamento para imóveis usados sempre foi o posicionamento da Oposição e discordou do argumento de que ele não estimularia a economia, lembrando que quem adquire um imóvel usado realiza, minimamente, uma reforma. Declarou-se favorável ao Projeto com o acolhimento das Emendas e apelou para que a bancada do Governo entendesse a dimensão dessa proposta. Concluindo, o orador, vereador Everaldo Augusto, ratificou que a Oposição decidira votar a favor do Projeto, se acolhidas as Emendas. Findas as discussões, o Senhor presidente informou terem sido apresentados duas Emendas e um Substitutivo ao Projeto, os quais, na sequência, receberam Parecer conjunto, em Plenário, pelo vereador Léo Prates. A Emenda 1, que visava a estender parcelamento aos imóveis de valor até 80 mil reais, foi relatada favoravelmente; o Substitutivo teve Parecer pela rejeição, sob o fundamento de que somente ao autor caberia a apresentação de substitutivo; e a Emenda 2, para estender parcelamento a imóveis usados, teve Parecer favorável. Em seguida, toda a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) acompanhou os Pareceres do relator, o mesmo sucedendo na Comissão de Finanças, à exceção do voto da vereadora Aladilce Souza quanto ao Substitutivo, tendo as Emendas sido aprovadas, e o Substitutivo, rejeitado, no âmbito das Comissões. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito refutou o entendimento do Parecer sobre seu Substitutivo, afirmando que a questão era regida pelos arts. 182, 183 e 185 do Regimento Interno, e disse que não aceitaria que se lhe fosse negado o que era garantido pelo diploma. Em votação, as Emendas 1 e 2 foram rejeitadas pelo Plenário, contra os votos dos vereadores Alemão, Aladilce Souza, Arnando Lessa, Atanázio Júlio, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Henrique Carballal, Hilton Coelho, Luiz Carlos Suica, Sílvio Humberto, Toinho Carolino, Vânia Galvão e Waldir Pires, e o Projeto de Lei n. 181/15 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Hilton Coelho e José Trindade. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu ao vereador Moisés Rocha para não ser excluído do Projeto sobre os clubes sociais, pois tinha também iniciativa nesse sentido. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse ter sido contra tudo o que foi votado. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz destacou a capacidade do Executivo para ter feito as Emendas serem rejeitadas. Em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco informou prazo para encaminhamento de emendas à Comissão de Finanças. Declarando voto, o vereador Edvaldo Brito disse que quem perdia na votação não era ele, mas, as instituições democráticas, observando que os governos no País são republicanos e que ele atuava em nome dos votos que recebera. Observou ainda que o tratamento desigual entre imóveis novos e usados feria mandamento constitucional, e que seu Substitutivo corrigiria isso. Disse que seu voto tinha sido em coerência com sua consciência, e que via grave desrespeito na votação realizada. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Claudio Tinoco declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Léo Prates e Toinho Carolino.

PRESIDENTE

1° SECRETÁRIO 2° SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
LUIS CARLOS SUÍCA	23 e 24/11/2015	Art.18, inciso III, Res. 910/91
VÂNIA GALVÃO	09/11/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91

ATO Nº 043/2015 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Processo Administrativo nº 1169/2015,

RESOLVE:

Art. 1

º. Aplicar a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA a Empresa Associação dos Viajantes do Comércio, com o fulcro no art. 87, inciso I da Lei 8.666/1993, e também uma multa no valor de 20% (vinte por cento) do respectivo contrato, pela inexecução parcial e descumprimento de cláusulas contratuais com a Administração Pública, permanecendo esta multa até que a empresa regularize sua situação, sob pena de extinção do contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 23 de Novembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RETIFICAÇÃO:

Tornar sem efeito a publicação do Ato da Presidência nº 39/2015, publicado no D.O.L. 20/11/2015.

Gabinete da Diretoria Administrativa, em 23 de novembro de 2015

CARLOS ALBERTO FAGUNDES
Diretor Administrativo

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

Visite a Biblioteca da Câmara.

Horário de funcionamento de 8h às 18h de segunda a sexta-feira.



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador

www.facebook.com/camaradesalvador